

Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconversível

Eleutério F. S. Prado*

Resumo

Esta nota¹ faz um retorno à controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconversível, travada entre 1998 e 2002, da qual participaram diretamente Gentil Corazza, Reinaldo Carcanholo, Claus Germer e indiretamente Leda Paulani. Enquanto os três primeiros discutiram por meio de artigos publicados na *Revista da SEP*, a última forneceu à controvérsia um material de fundo, por meio de sua tese de doutoramento que versou sobre o dinheiro. Nesse retorno não se examinará os argumentos contidos na controvérsia numa perspectiva de história do pensamento econômico. Eles serão examinados numa visada crítica que procura discutir certas questões e dificuldades aí presentes. O objetivo final é recuperar um debate importante, propondo uma nova solução para o enigma do dinheiro mundial inconversível presente na teoria marxista.

Palavras chaves: dinheiro mundial; marxismo; dinheiro fictício; inconversibilidade; dialética do dinheiro.

Classificação JEL: B14; P16

Introdução

Nesta nota faz-se um retorno à controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconversível, travada entre 1998 e 2002, da qual participaram diretamente Corazza (1998; 2002), Carcanholo (2001;

* Professor sênior do Departamento de Economia da USP/SP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Página na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

2002), Germer (2002) e indiretamente Paulani (1991). Enquanto os três primeiros discutiram por meio de artigos publicados na *Revista da SEP*, Paulani forneceu à controvérsia um material de fundo, por meio de sua tese de doutoramento que versou sobre o dinheiro. Nesse retorno não se examinará os argumentos contidos nos artigos seguindo a sequência cronológica em que estes foram publicados, mas se procurará expor os principais dentro de uma ordem lógica que possibilite eliminar o mais possível certas dificuldades. O objetivo final é discutir um tema relevante, contribuindo para o seu esclarecimento e, talvez, para a solução da questão suscitadora da controvérsia.

Note-se, de início, que essa controvérsia surge no âmbito do marxismo porque, em 1971, o governo norte-americano declarou o dólar como inconvertível em ouro.² O dólar, como se sabe, assumira a posição de dinheiro mundial pelo Acordo de Bretton Woods que vinha vigorando na regulação do sistema monetário internacional no pós-guerra. Por esse acordo, firmado 1944, o tesouro norte-americano garantia a convertibilidade do dinheiro que emitia a uma taxa fixa de 35 dólares por onça de ouro. Ora, essa nova realidade institucional entrara em conflito aparente com a concepção de Marx de dinheiro mundial. Pois, segundo ele, na esfera do comércio internacional, o dinheiro tem de existir segundo o seu conceito, ou seja, como dinheiro-ouro: “ao sair da esfera interna de circulação, o dinheiro desprende-se das formas locais (...) e reassume a forma originária de barras dos metais preciosos” (Marx, 1983A, p. 119). Ora, o dinheiro não só abandonara o corpo consistente de metal precioso, mas se transformara aparentemente em dinheiro puramente fiduciário mesmo na esfera das relações mercantis internacionais. Diante desse fato, poder-se-ia considerar a referida concepção de Marx como historicamente datada, um erro que o tempo veio revelar, ou ela forneceria ainda um fundo teórico irrecusável e necessário para compreender as formas contemporâneas do dinheiro no capitalismo?

A controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível é um capítulo rico na tentativa histórica de compreender um problema teórico importante. Por isso mesmo, ele merece mais atenção, pelo menos uma atenção igual àquela que tem sido dada normalmente ao que é produzido no exterior nessa área do conhecimento econômico.

Embora nesta nota não se vá deixar de ser crítico quanto isto se apresentar como necessário, a discussão do tema se desenvolve sobre o suposto de que todos os trabalhos mencionados são representantes expressivos do melhor que se faz aqui e alhures em matéria de crítica de economia política. Como se sabe, as dificuldades para manejar adequadamente a dialética não são de pouca monta. Nesse sentido, esta nota, além de se esforçar para fazer um justo resgate de bons textos de autores brasileiros, vem tentar dar uma contribuição à solução da questão que moveu o debate.

Dinheiro como ouro

Logo na abertura de seu artigo, Germer foca uma questão central que permeia toda a controvérsia: “um ponto específico em discussão diz respeito à natureza física do dinheiro na teoria de Marx, isto é, se o dinheiro deve ou não consistir em uma mercadoria” (Germer, 2002, p. 5). O trecho é curto, mas ele já encerra um bocado de imprecisão ao empregar as categorias de coisa física, mercadoria e dinheiro como semanticamente equivalentes. Essa confusão reaparece mais à frente em seu texto quando afirma peremptoriamente que “na conceituação de Marx, o dinheiro e o material de que é feito são a mesma coisa, uma vez que o dinheiro é o nome que se dá à mercadoria que desempenha a função de equivalente geral de valor” (Germer, 2002, p. 7).³

Germer, ao fazer essa declaração, está se contraponto fortemente à tese de Corazza que distingue o dinheiro do suporte material a que ele adere no processo social. “Segundo Corazza” – menciona Germer em seu texto – “para Marx o dinheiro é uma essência imaterial que necessita suporte físico, para nele ‘encarnar-se’, podendo este ser qualquer material, não apenas o ouro nem necessariamente uma mercadoria” (Germer, 2002, p. 7).

Como deslindar o emaranhado lógico contido nessas duas peças de argumentação para que a questão subjacente possa ser mais bem esclarecida? Acredita-se aqui que é preciso começar indicando que, para Marx, a mercadoria é uma forma. É bem sabido, por exemplo, que ele pergunta na seção sobre o fetichismo da mercadoria “de onde

provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria”. E que ele responde: “evidentemente, dessa forma mesmo” (Marx, 1983A, p. 71). Se o faz, é porque ele distingue implicitamente a coisa em sua própria fisicalidade (em sua matéria⁴), a coisa enquanto coisa que recebeu certa determinação social (ou seja, forma) e o conteúdo dessa forma (as relações sociais constitutivas). Pois, quando o homem produz em sociedade, ele produz não apenas coisas puramente físicas, mas coisas que são físicas e sociais ao mesmo tempo. E o que distingue umas e outras vem a serem certas determinações de forma que são postas pelo próprio homem no processo da produção social.

Em geral – e em particular nos modos de produção não capitalistas –, os homens produzem não apenas coisas materiais, mas valores de uso, pois têm por intuito satisfazer necessidades humanas gerais, advenham estas “do estômago ou da fantasia”. Ainda que as utilidades das coisas estejam baseadas em suas propriedades físicas, elas próprias ganham tais caracteres por serem coisas sociais. Aquilo que faz as coisas em sua fisicalidade natural figurarem como coisas úteis sobrevêm no próprio processo social. Nesse sentido, pode-se dizer que os valores de uso são antes de tudo formas sociais que surgem na relação de apropriação da natureza pelo homem e que vigoram em certas condições históricas. Logo, mesmo aqui é preciso distinguir a matéria, a forma e o conteúdo da forma: a coisa enquanto mera coisa é a matéria, o valor de uso é a forma e a relação de apropriação é o conteúdo da forma.

Já no modo de produção capitalista, os homens produzem não apenas coisas e, mais do que isso, não apenas valores de uso, mas mercadorias. E o que distingue as mercadorias é o fato de que elas são coisas que receberam, além da utilidade, outra forma social bem determinada. E essa forma adicional foi posta por meio de relação de produção capitalista, qual seja esta, a que, vinculando o trabalho vivo ao capital por meio do assalariamento, está na base da produção mercantil generalizada. Não se deve esquecer que, para Marx, o que caracteriza o capitalismo é a relação de capital.

Logo a forma mercadoria é uma unidade contraditória de duas formas: a forma valor e a forma valor de uso⁵. Em linguagem mais

direta, diz-se simplesmente que a mercadoria é valor de uso e valor. Daí se segue que o valor de uso e o valor sejam postos socialmente pelo trabalho no objeto de trabalho. O valor de uso é posto pelo trabalho enquanto trabalho concreto, ou seja, enquanto relação do homem com a natureza. Já o valor é posto pelo trabalho enquanto trabalho abstrato formado no processo social como um todo, ou seja, como relação socialmente vinculante dos homens entre si. Assim se entende porque Marx afirma que o trabalho abstrato é a substância do valor e porque explica a sua determinação quantitativa como tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria.

Até esse momento da exposição, foi feita uma distinção entre a coisa em sua fisicalidade, a coisa como valor de uso e a coisa como mercadoria. Logo, não se pode estabelecer uma identidade entre coisa física e mercadoria, tal como o faz implicitamente Germer ao argumentar contra Corazza. Pois, a coisa física considerada é já, simplesmente, a materialidade que recebeu a forma mercadoria. E por coisa física que se tornou valor de uso não se entenda apenas aquilo que, após ter sido produzido pelo trabalho, passa a ter uma existência independente (os bens), mas também aquilo que se consome imediatamente assim que é produzido (os serviços). Ademais da forma valor de uso, a mercadoria recebeu também a forma de valor que se expressa no valor de troca (uma quantidade determinada de outra mercadoria).

Note-se agora, passando para o momento seguinte, que Marx tem por verdade a seguinte afirmação: conquanto nem toda mercadoria seja dinheiro, é certo que o dinheiro é mercadoria, mas propriamente uma mercadoria *sui generis*. Logo, considera-se aqui como correta a afirmação de Germer acima citada, segundo a qual “o dinheiro é o nome que se dá à mercadoria que desempenha a função de equivalente geral de valor”. Mas, o que significa dizer que dinheiro é mercadoria? Significa afirmar que o dinheiro é também, tal como todas as outras, valor de uso e valor. Eis que é valor porque todo montante de dinheiro contém um determinado quantum de trabalho abstrato; ademais, é valor de uso porque funciona como equivalente geral e tem várias funções na circulação das mercadorias.

Completando o parágrafo imediatamente precedente ao anterior, note-se agora que não se pode endossar a proposição de Germer segundo

a qual “o dinheiro e o material de que é feito são a mesma coisa”. O dinheiro é uma forma; o material do dinheiro é um suporte dessa forma. Ao confundir a forma com o suporte da forma, ele cai no fetichismo da mercadoria e do dinheiro. Como se sabe, é correto dizer que, nas condições históricas do capitalismo inglês dos séculos XVIII e XIX, “o dinheiro era ouro”, mas não se pode afirmar que aí, nessas condições, “o ouro era dinheiro”. Pois, nessa segunda expressão confunde-se a forma social “dinheiro” com o valor de uso “ouro” ou, pior ainda, com matéria natural “ouro”. E isto é precisamente o que faz Germer quando identifica peremptoriamente o dinheiro e o material do dinheiro. Na primeira expressão, diferentemente, indica-se que o ouro, devido às suas propriedades naturais excepcionais, foi o material escolhido pelo processo social para figurar como dinheiro em certo espaço histórico – mas que, entretanto, ele próprio, em si mesmo, não era dinheiro. Por isso, ela (a primeira expressão) é dialeticamente correta.

Dinheiro como forma

Logo na introdução de seu artigo que dá origem à controvérsia, Corazza afirma que “para Marx, o aspecto mais importante do dinheiro não consiste em ser uma mercadoria, mas pura forma imaterial do valor” (Corazza, 1998, p. 45). Ora, é evidente que a primeira parte dessa afirmação é, senão totalmente incorreta, pelo menos bem ambígua. Pois, facilmente se comprova que o caráter mercadoria do dinheiro é crucial na apresentação do próprio dinheiro em *O Capital*. Depois de chegar à “forma geral de valor” em que o linho é selecionado como mercadoria extra do mundo das mercadorias ordinárias, Marx diz, por exemplo, que “a forma valor geral relativa do mundo das mercadorias imprime à mercadoria equivalente, excluída dele, o linho, o caráter de equivalente geral” (Marx, 1983A, p. 67). Contudo, é evidente também que a segunda parte de sua afirmação aponta para algo correto. Pois, o dinheiro é mesmo forma do valor, vindo a ser, precisamente, a forma equivalente geral. Entretanto, para que essa correção seja estabelecida com precisão é preciso dispensar certos termos nela contida. A afirmação de Corazza deve ser modificada.

Primeiro, porque o dinheiro não pode ser dito “pura forma” do valor. Na verdade, como já foi dito, ele é uma forma não pura, pois requer um material que lhe sirva de suporte: o ouro, a prata, etc.; justamente por essa razão, como se sabe, o dinheiro é uma forma reificada. Note-se, de passagem, que pura forma é produto da abstração e, como tal, não pode existir no mundo real. Segundo, porque não é adequado se referir ao dinheiro como sendo uma “forma imaterial”, conquanto seja preciso afirmar fortemente que ele é uma forma. Embora a forma dinheiro não possa ser dita material em si mesma, ela é forma impressa necessariamente em determinada matéria, isto é, na matéria específica que o processo social põe como dinheiro. Pois, como se sabe, forma e matéria são determinações reflexivas na lógica dialética que vem de Hegel. E isto está expresso no texto de *O Capital*. Depois de se referir ao dinheiro como mercadoria equivalente geral, Marx diz expressamente que a “sua própria forma natural” – ou seja, a matéria própria do dinheiro posta como dinheiro – “é a figura de valor comum a esse mundo”, isto é, ao mundo das mercadorias (Marx, 1983A, p. 67).⁶

Por que Corazza quer “resgatar a natureza formal e imaterial do dinheiro em Marx”? Por que se refere ao dinheiro como uma “pura forma imaterial do valor”? A resposta surge quando se nota a sua preocupação de fundo, a qual se revela na seguinte frase: “afirmar que o dinheiro é necessariamente uma mercadoria, o ouro, torna difícil, para não dizer impossível, sua utilização para explicar os fenômenos monetários contemporâneos” (Corazza, 1998, p. 55). Como julga que o ouro perdeu, em suas palavras, a capacidade de representar o valor da riqueza criada, ele quer salvar a concepção marxiana de dinheiro diante do advento histórico do dinheiro mundial inconversível (o dólar papel). Assim, para fugir da “materialidade do dinheiro” (sic!), ele passa a acolher somente a sua “imaterialidade” (sic!). Ora, nesse caminho, ele cai – ainda que motivado pelo próprio modo de ser aparente do objeto – numa concepção convencionalista de dinheiro, pois passa a admitir que o suporte da forma seja irrelevante enquanto tal, já que vem a ser algo instituído pelos homens.⁷

Como Corazza, tal como Germer, identifica também mercadoria com a matéria que lhe dá sustentação, afirma que dinheiro, por ser imaterial, não é mercadoria. E nisso difere de Germer já que

este autor pensa o dinheiro como mercadoria, admitindo que ele é necessariamente uma coisa material (o ouro). Contudo, como já se observou anteriormente, não se pode identificar a forma com o suporte da forma esteja se fazendo referência à mercadoria ou ao dinheiro. Por isso mesmo, identificar o ouro com o dinheiro é um problema teórico independente do fato histórico da inconversibilidade do dólar. Centrar-se na fisicalidade da mercadoria e do dinheiro é ficar na esfera do fetiche já que, assim, se naturaliza a forma. Para superar esse enigma é preciso acolhê-lo teoricamente, afirmando simplesmente que a mercadoria e o dinheiro são formas que, como tais, requerem suportes físicos adequados, delas distinguíveis. Nesse sentido, a seguinte frase, a qual poderia ser eventualmente assinada por Corazza, Germer e Carcanholo, estaria correta: “o que define o dinheiro não é materialidade do ouro, mas o fato de esta materialidade passar a expressar a imaterialidade do valor quando recebe a forma de equivalente geral”.

Por outro lado, a preocupação legítima de Germer com a natureza do suporte da forma dinheiro (mostra essa apreensão, entretanto, afirmando que o dinheiro é sempre algo que tem materialidade⁸) é sumariamente desqualificada por Corazza, porque ele, como já se mencionou, julga que o dinheiro é uma pura forma. “Entende ele” – escreve este último autor sobre a tese do primeiro – “que algo que não possui valor não serve para medir valores” (Corazza, 1998, p. 49). Essa exigência, segundo Corazza, seria despropositada. Ao contrário de seu opositor, ele afirma explicitamente que esse algo serve, sim, pois “para ser medida dos valores, o dinheiro não precisa ter valor intrínseco como mercadoria e, mesmo assim, continua sendo a encarnação social do trabalho humano” (Corazza, 1998, p. 50). Desse modo, um desses dois autores mantém, ainda que de maneira algo imprecisa, que o suporte da forma deve ter necessariamente valor intrínseco e o outro, de maneira não menos dúbia, nega fortemente essa necessidade.

Ora, é certo que Germer, ao focar a materialidade, está preocupado precipuamente com a função do dinheiro como medida de valores, a qual decorre diretamente da natureza do dinheiro como equivalente geral, sendo, por isso, notoriamente considerada por Marx como uma função fundamental. Segundo o seu argumento,

admitir que o dinheiro-papel atue como medida de valor no campo da realidade econômica equivale a supor, no campo da realidade natural, que algo que não tem peso possa servir como medida do peso. Aqui se considera essa preocupação como relevante, mesmo se ao fim e ao cabo vá-se divergir em certa medida de seu modo de tratar o problema. Considera-se, por isso, a sua analogia como pertinente para levantar um problema importante e que merece consideração atenta. Num dos textos que se está examinando, ele diz o seguinte: “do mesmo modo que os pesos dos corpos só podem ser medidos colocando-os em relação com um dado peso de um determinado corpo tomado como padrão, a medida dos valores requer que o padrão de medida também possua valor, isto é, seja uma mercadoria” (Germer, 2002, p. 17).

Não se concorda, porém, com o seu suposto implícito segundo o qual a questão – é preciso insistir nisso – diz respeito ao caráter material ou imaterial da mercadoria que funciona como padrão. Para criar imediatamente um contraponto a essa opinião, veja-se logo que tanto o papel impresso quanto o ouro são, em última análise, suportes materiais de formas dinheiro – sejam estas, ou não, dinheiro plenamente. Na verdade, a questão de interesse consiste em saber se o suporte da forma dinheiro precisa ser sempre uma mercadoria que possui valor (além do valor de uso) ou se esse requisito substantivo pode ser violado de algum modo. O dinheiro deve necessariamente estar impresso numa mercadoria legítima? Ao responder afirmativamente, de modo possível, a essa pergunta, tem-se de concluir de imediato que o dinheiro-papel não pode ser plenamente dinheiro, porque ele não pode exercer a função de medida de valor. Ao respondê-la negativamente, abre-se uma via de interrogação porque a solução proposta por Corazza vai se mostrar insuficiente para resolver o problema.

Para se encontrar uma resposta para essa questão – é preciso notar enfaticamente – um único caminho avulta e ele se esgueira entre dois abismos: eis que não se pode cair nem na ilusão fetichista nem na ilusão convencionalista, as quais rondam, como se sabe desde Marx, a compreensão das formas sociais mercadoria e dinheiro (Fausto, 1997, p. 75-85).

Dinheiro fictício

Para prosseguir, é preciso fazer aqui um desafio ao argumento de bom senso de Germer. De fato, não é estritamente verdade que para medir pesos de objetos físicos em geral seja necessário possuir um estalão que tenha peso. Pois, bem se sabe que é possível medir pesos por meio do grau de expansão longitudinal de uma mola de aço. A mola enquanto um objeto físico certamente tem peso, mas ela não mensura o peso de outros objetos porque tem peso, mas porque ela é capaz de representar peso por meio de uma equivalência de forças. Veja-se aonde se chegou com essa argumentação: a) não é possível medir peso sem um padrão de peso, isto é, sem a definição de um *quantum* de peso que funcione como unidade; b) o mensurador de peso, no entanto, não precisa ele próprio ter o peso definido como padrão, pois pode em princípio representá-lo de outra forma. Subjacente a essa representação de peso se encontra sempre e necessariamente uma relação de equivalência de forças, mas esta pode permanecer implícita, configurando-se, então, como um enigma no campo da Física. É óbvio que essa ciência natural resolveu já este enigma há muito tempo.⁹

Quando se examina o caso do dinheiro-papel de curso forçado, admitindo que ele seja dinheiro plenamente, o enigma se apresenta assim: a) o suporte dessa forma de dinheiro, embora seja mercadoria papel-impresso, não é mercadoria que possa funcionar imediatamente como equivalente geral, pois o valor-trabalho aí implícito, diferentemente daquele existente na mercadoria ouro, é muito inferior ao valor-trabalho que eventualmente possa representar na sua condição de equivalente geral; na verdade, do ponto de vista prático, o valor aí existente deve ser considerado nulo; b) o dinheiro mundial no capitalismo contemporâneo é o dólar e esse dinheiro-papel, ao ser tomado como pleno, também tem de funcionar como medida de valor, mas como pode fazê-lo sem conter valor-trabalho? Como resolver essa dificuldade? Por um lado, é preciso negar que o dinheiro-papel venha a ser plenamente dinheiro. Mas, por outro, é necessário admitir que possa, de certo modo, representar um valor que não possui já que porta uma equivalência implícita com o ouro. Mas, nesse caso, como é possível pensar essa relação socialmente tácita de valor?

Antes de tentar dar resposta a essa pergunta, é preciso examinar uma proposta hegeliana para a boa compreensão do dinheiro mundial inconversível na tradição marxista. Paulani, com o intuito de sustentar a relevância das concepções de Marx para o entendimento do capitalismo contemporâneo, enxerga o advento dessa forma de dinheiro “como uma espécie de ‘realização’ de um processo de autonomização das formas sociais que está inscrito na própria mercadoria e que a empurra lógica e ontologicamente em direção às formas mais abstratas de riqueza como o capital financeiro e o capital fictício” (Paulani, 2011, p. 51). Nesse sentido, ela explica esse aparecimento como resultado de uma tendência que estaria inscrita na própria lógica que preside o movimento das formas sociais. Estas, no modo de produção capitalista, por negação dialética, tenderiam a perder a sua aparência natural e a se transformarem em “formas verdadeiramente sociais”. Por mais interessante que possa ser esse esclarecimento do sentido lógico da transformação do dinheiro, julga-se aqui que ele, em si mesmo, não explica a natureza qualitativa do dinheiro-papel. Ademais, nele não há qualquer suspeita de que possa haver uma conexão implícita do dinheiro-papel com o dinheiro-ouro. Em especial, não responde como o dinheiro-papel pode medir valor sem ser valor ele mesmo.¹⁰ Por isso, aqui se vai procurar outro caminho.

Segundo a concepção de Marx em sua formulação original – ainda que Corazza discorde –, se o dinheiro exerce a função de medida de valor, tem necessariamente de ser valor, já que essa função decorre imediatamente do fato de que é equivalente geral. Conforme a experiência histórica contemporânea – ainda que Germer resista a essa evidência –, o dinheiro mundial figura como algo que não tem valor intrínseco. A solução desse enigma requer, pois, uma solução no âmbito da dialética: a contradição que aparece no curso da análise só pode ser o reflexo de uma contradição real: o dinheiro mundial atual tem valor e não tem valor, ou seja, ele tem valor meramente fictício. Destarte, para apreender essa contradição é preciso suprimir e superar a polaridade em questão, chegando ao conceito de dinheiro fictício. Tem-se assim, portanto, uma forma de valor que “não” possui valor, mas o representa de algum modo. Note-se que o “valor” do dinheiro fictício é normalmente apreendido pelos agentes que atuam no processo mercantil como poder de compra.

Nesse sentido, parece correta a afirmação de que a existência do dinheiro fictício como dinheiro mundial só veio ocorrer historicamente com o desenvolvimento do capitalismo no âmbito mundial. O seu vir a ser, entretanto, pode ter ocorrido já quando o ouro foi se tornando mera reserva fracionária. Não importa. Para efeito desse estudo, constata-se apenas que está presente no capitalismo contemporâneo centrado nos Estados Unidos e que se manifesta como dólar. Diante da evidência histórica, mantém-se aqui a tese de que o dinheiro, agora fictício, não poderia se sustentar no mundo atual se não tivesse uma relação de equivalência implícita com o ouro, o qual, aliás, continua tendo um papel importante nas reservas monetárias dos países centrais. E se rejeita a tese oposta segundo a qual “no século XX, cresceu extraordinariamente a importância do dinheiro de crédito, de tal modo que a conexão do equivalente geral à mercadoria [ouro] foi completamente dissolvida” (Ivanova, 2012). Pois, essa autora, como muitos outros que ousam pensar o dinheiro, tomba na ilusão convencionalista ao admitir a completa independência do suporte da forma em relação ao ouro.

É preciso lembrar aqui que Marx rejeitou firmemente a tese de que o dinheiro possa ser uma mera convenção. Por exemplo, numa nota de rodapé de *O Capital*, ele criticou Fullarton por sustentar que “um valor dessa espécie [ou seja, notas de papel não conversíveis] poderia servir a todos os objetivos de um valor intrínseco e até mesmo tornar supérflua a necessidade de um padrão de valor” (apud Marx, 1983A, p. 109). Essa possibilidade, para ele, era inexistente. Ora, essa afirmação de conteúdo teórico inequívoco tem também um contexto histórico bem característico. Marx pressupõe aí que a “moeda papel é signo do ouro ou signo do dinheiro” (Marx, 1983a, p. 109). Ora, essa vem a ser a primeira forma lógica do dinheiro-papel, mesmo se ela está de acordo com a realidade histórica de meados do século XIX. De qualquer modo, sendo assim – e isto é bem óbvio –, o dinheiro-papel significa simplesmente, em última análise, qualitativa e quantitativamente, “ouro”.

Aqui, porém, enfrenta-se uma realidade histórica diversa que exige um passo lógico adicional na compreensão do dinheiro. Pois, este aparece na sociedade contemporânea como dinheiro-papel cujo valor não pode ser resgatado, de modo garantido pelo Estado, por meio de troca por ouro. Esse dinheiro, entretanto, ao contrário do mero signo

do ouro, não figura socialmente como um mero representante da mercadoria dourada, que realmente tem valor, mas sim como algo que não tem valor intrínseco, mas possui personalidade social própria. Por isso mesmo, não se assume aqui que o dinheiro-papel do capitalismo contemporâneo seja um mero signo do ouro; diferentemente, admite-se que aparece na esfera econômica da sociedade como dinheiro fictício. E que, ao fazê-lo, já não é capaz de cumprir por si mesmo, diretamente, todas as funções do dinheiro.

Na teoria marxiana, a medida de valor (medida ideal do valor da mercadoria) requer o dinheiro-ouro para ser expressa, mas essa função, que é inerente ao funcionamento do sistema, é preenchida por meio de diversas mediações e, assim, sofre diversos encobrimentos no intercuro social. O próprio Marx, já no capítulo três do primeiro livro de *O Capital*, mostra como essa função é velada pela formação de preço, a qual depende, como se sabe, do padrão de preço que é fixado convencionalmente. Desde logo, a medida de preço, que flutua no correr das circunstâncias, é normalmente incongruente com a medida de valor¹¹, que segundo o próprio conceito tem de ser algo bem estável. Ademais, como a denominação do dinheiro tornou-se fixada pela lei, mesmo o dinheiro-ouro passou logo a ser conhecido por um nome que não estava mais em correspondência com uma medida de peso. Ademais, a moeda, em sua existência corrente, não divisionária, já deixara mesmo ao tempo de Marx de ter sempre um suporte dourado ou prateado para se instalar em suporte de papel impresso, chancelado pelo Estado. Nessas circunstâncias, a medida de valor se torna indireta, permanecendo implícita. Ao fixarem os preços das mercadorias em dinheiro – e aqui é preciso fazer abstração dos desvios, mas não das mediações –, os agentes do capital estão implicitamente medindo os seus valores, mesmo se disto não têm a menor ideia. É claro que a medição eventual do valor de uma dada mercadoria, mesmo no capitalismo contemporâneo, apenas pode ser explicitada por meio do equivalente geral, ou seja, do ouro.

Ora, o dinheiro se tornou fictício com o desenvolvimento do capitalismo, mas não porque o Estado suprimiu a convertibilidade. Essa transformação ocorreu porque foi posta pela própria prática social, no curso da qual o dinheiro-papel foi se tornando, cada vez, mais autônomo.

Por isso mesmo, nessas circunstâncias, a convertibilidade do dinheiro-papel em dinheiro-ouro, quando isto conveio ao Estado, foi fixada legalmente. E essa conveniência, é preciso salientar, não se relaciona à necessidade de medir valor expressamente, mas à circunstância de que a acumulação de capital requer certa estabilidade nas relações de medida.

O dinheiro fictício nasce por meio de uma inversão histórica na ordem da representação: o dinheiro-papel deixa de figurar como signo do ouro para se transformar em dinheiro de curso forçado cuja contrapartida formal é um débito impagável do Estado. Deixa, assim, de representar oficialmente ouro; mas não deixa – essa é a tese aqui sustentada – de ter uma relação implícita com o ouro. Qual vem a ser, pois, essa relação?

Na situação precedente à inversão, o dinheiro-ouro assumia explicitamente a forma de equivalente e o dinheiro-papel assumia a forma relativa: em consequência, este último tinha um “preço” fixado em certa quantidade de ouro. Após a inversão mencionada, o dinheiro-papel assume a forma de equivalente na aparência e o dinheiro-ouro passa a figurar como forma relativa; trata-se, no entanto, de uma mistificação socialmente válida: eis que o ouro passa a ter um “preço” em dinheiro-papel (como se sabe, atualmente, há um preço de mercado em dólar do ouro). Ora, essa mistificação redobra as duas mistificações tradicionais do dinheiro: eis que o dinheiro-ouro suscita a ilusão fetichista e o dinheiro-papel produz a ilusão convencionalista. No sistema monetário contemporâneo, o que ocupa o lugar de equivalente geral, sem sê-lo efetivamente, figura como mera convenção.

Nesse momento da argumentação, é preciso notar que a famosa decisão, feita no governo Nixon, de declarar oficialmente a inconvertibilidade do dólar em ouro configurou-se como um ato formal que consagrou aquilo que já estava ocorrendo no sistema monetário internacional. O dólar já vinha funcionando, em âmbito mundial, como meio internacional de pagamento, de transação e de reserva, constituindo-se como forma social geral da riqueza. Nesse sentido, a declaração em si mesma não viera criar uma realidade totalmente nova. Como se sabe, ademais, mesmo antes dessa declaração, o governo dos Estados Unidos, na verdade, não costumava converter o dólar em

ouro mesmo quando recebia uma solicitação de governos de potências estrangeiras – mesmo quando essas potências eram suas aliadas na Guerra Fria.

Isto não significa, porém, que esse ato não superara certas resistências importantes. Ademais, é certo também que ele vinha à luz para produzir consequências econômicas relevantes. Pois, a regra de conversibilidade do dólar estava associada à manutenção da paridade cambial entre as nações mais importantes do sistema capitalista mundial. Enquanto existiu, ela exigia um esforço permanente dos Estados Unidos e das outras potências aliadas na Guerra Fria (Europa Ocidental e Japão) para sustentar o sistema de taxas de câmbio fixas.¹² Assim que foi eliminada, a regra de conversibilidade do Acordo de Bretton Woods abriu caminho para a instituição generalizada do regime de câmbio flutuante. Ademais, ela deixou de impor constrangimentos à política monetária desses países e, em particular, à política monetária da potência hegemônica. Ao fazê-lo, abriu caminho para a expansão do crédito e, assim, para a explosão financeira que sobreveio nas décadas seguintes.

Como se sabe, também, valendo ou não a regra oficial de conversibilidade, os capitalistas privados sempre puderam transformar os seus dólares em ouro, caso o desejassem, nos mercados específicos em que se transaciona essa *commodity*. Mesmo se essa conversão se mostrava impossível para todo o montante existente de dólar-papel, para cada pequena parte dele, para cada capitalista em particular, ela permanecia como uma possibilidade efetiva. É sempre por meio de uma falácia de composição praticamente existente que o sistema se sustentava já antes e continuou a se sustentar depois que a janela oficial de conversibilidade se fechou. De qualquer modo, sempre existiu o canal por meio do qual podia se estabelecer socialmente a equivalência do dinheiro-papel com o dinheiro-ouro. Essa relação, contudo, não é de modo algum tranquila nem no curto nem no longo prazo; ao contrário, não só permanece em constante mudança, mas pode se afastar tanto que vem sugerir ao observador empírico que não existe.¹³

Se em Marx não há conceito de dinheiro fictício, há de capital fictício e este permite pensar a questão aqui examinada por analogia. Segundo ele, capital fictício é uma representação nominal de capital,

mesmo quando vem a ser uma duplicata de papel de capital real (uma ação, por exemplo). Dito de outro modo, capital fictício não é capital propriamente dito já que este tem necessariamente valor intrínseco; vem a ser sim, diferentemente, capital ilusoriamente real. O que é importante notar é que, mesmo não sendo efetivamente real, o capital fictício é negociável como se o fosse, ou seja, ele “circula normalmente como valor-capital”. Assim, por meio de certos mercados, está permanentemente em relação de equivalência com o capital real, ainda que, como assevera Marx, “o seu montante de valor possa cair ou subir de modo inteiramente independente do movimento de valor do capital real, o qual são títulos” (Marx, 1983B, p. 20). De igual modo, julga-se aqui, o valor fictício do dinheiro-papel oficialmente inconversível está também numa relação de equivalência – que se impõe tendencialmente por meio de flutuações sempre que a emissão não seja excessiva – com o valor real do ouro, por meio do mercado de ouro.

Assim se explica como o dinheiro mundial inconversível, mesmo “não” sendo valor, é capaz de mediar a mensuração do valor. Eis que ele representa valor por meio de uma equivalência complexa com o valor do ouro. O dinheiro fictício é uma forma que adere a um material, o papel moeda, que funciona como uma mercadoria virtual. O seu “valor” é socialmente válido, mesmo se não contém qualquer átomo da substância trabalho. A validade social desse valor, entretanto, é colocada em questão nos processos inflacionários que se tornaram endêmicos nas economias capitalistas contemporâneas. A concepção de Marx de dinheiro mundial é historicamente datada, mas também possui um fundo teórico que é irrecusável. Um dinheiro-papel – dólar norte-americano – tornou-se efetivamente o dinheiro mundial e ele não é um mero signo do ouro.¹⁴ Porém, ele não pode ser dinheiro sem manter uma relação de equivalência implícita com o ouro. Se essa relação implícita desaparecer, ele vira fumaça, assim como vira fumaça uma ação (capital fictício) que representa um capital real que foi inteiramente queimado pelo fogo.

Tudo isso é evidentemente bem implausível da perspectiva da ciência positiva; desse modo, porém, não se pode compreender verdadeiramente qualquer sociedade. Eis que na constituição de toda sociedade estão presentes idealidades objetivas, as quais não são meramente intersubjetivas.

Condições históricas

A solução aqui proposta para a questão do dinheiro mundial inconversível no âmbito do marxismo contém elementos que já estavam esboçados de certo modo no artigo original de Carcanholo, no qual ele procurou relacionar o capital especulativo à “desmaterialização” (sic!) do dinheiro (Carcanholo, 2001). Pois, diferentemente dos dois outros autores antes discutidos, ele quis enfrentar as contradições lógicas apresentadas pelo dinheiro no seu curso histórico de desenvolvimento. O problema surge, para ele, porque a ausência de valor intrínseco inerente às formas existentes de capital fictício parece estar em contradição com a sua necessária presença no dinheiro-mercadoria tal como este foi pensado por Marx. Ao seu modo, ele interroga essa incongruência mediante a seguinte frase: “podemos seguir sustentando como ‘definição’ eterna que dinheiro = ouro?” (Carcanholo, 2001, p. 39).

Para continuar é preciso refazer essa questão de um modo mais rigoroso: se, para se desenvolver, o capital especulativo faz uso de meios meramente simbólicos, porque o dinheiro deveria estar prisioneiro da mercadoria dourada como seu suporte necessário?¹⁵ Ora, Marx não define rigidamente o dinheiro como ouro, mas conclui que a forma dinheiro, enquanto medida de valor, requer necessariamente como suporte uma mercadoria real. Ademais, ao contrário do que supõe Carcanholo, o seu texto mostra abundantemente que no exercício de outras funções, o dinheiro passa a requerer suportes menos restritivos, sem qualquer valor intrínseco apreciável. Ademais, para ele, a medida de valor é uma função intrínseca, necessária e sistêmica do dinheiro que é negada na aparência pelas práticas mercantis e, assim, pela consciência dos agentes. Estes, imersos no mundo das mercadorias, preocupam-se meramente, isto sim, com a formação dos preços.

A resposta que dá a sua própria questão tem, entretanto, certo interesse. Para apreciá-lo, é preciso perceber, em primeiro lugar, que a forma equivalente geral já é, ela mesma, segundo o próprio Marx, uma representação, qual seja, uma representação universal de valor. Depois de citar uma frase de Marx em que este afirma do dinheiro que ele se exclui em relação a todo e qualquer valor de uso para cumprir a sua

função de representação¹⁶, Carcanholo conclui, então, que “a mercadoria equivalente aparece ali, na relação de troca, não como mercadoria, não por seu valor de uso; sua presença se explica por constituir ela pura representação de valor, pura forma de valor.” (Carcanholo, 2001, p. 37). Ora, se ele quer dizer que o suporte da forma equivalente geral é arbitrário, então ele cai no convencionalismo. Se, porém, ele quer se referir ao dinheiro tal como se apresenta na circulação do capital no capitalismo contemporâneo, então é possível concordar com ele. É certo que a figura áurea do dinheiro, por mais vantagem possa trazer ao capital em certas circunstâncias, não pode restringir o seu próprio processo de acumulação. Ela não pode ser uma restrição absoluta para o seu modo de existir. Se as condições históricas assim o exigirem, se esta for uma demanda do próprio sistema, essa figura material ofuscante terá de ser afastada e recolhida no fundo da cena mercantil. Pois, ela não poderá impedi-lo de cumprir funções que se afiguram necessárias à acumulação do capital.

Agora, para dar continuidade ao argumento, é preciso lembrar que o dinheiro no modo de produção capitalista tem de representar no curso de sua infundável circulação não apenas o valor em geral, mas o valor que se valoriza. E que, por isso, ele se encontra irrevogavelmente enredado na trama por meio da qual se dá a acumulação de capital. E essa trama, como se sabe, evolve com base na permanente reposição da contradição entre o processo de produção e o processo de valorização. Como o capital põe, ele mesmo, barreiras para o seu próprio desenvolvimento, e as supera fugindo para frente, Carcanholo suspeita que a forma dinheiro concretizada no dólar tenha surgido historicamente como uma exigência do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ele relaciona, explicitamente, o advento desse dinheiro-papel como dinheiro mundial à extraordinária exacerbação das formas financeiras da acumulação – e ao caráter inevitavelmente especulativo desse capital –, fatos gritantemente sobrevenientes no processo recente de internacionalização do capital.

Carcanholo explora já, pois, a analogia entre o dinheiro-papel e o capital fictício, chegando a apreendê-la de algum modo.¹⁷ Não chega a analisar, porém, como e por que essas formas sociais emergem no capitalismo contemporâneo. A segunda delas, como se sabe, foi

examinada de algum modo na obra econômica de Marx. A primeira, no entanto, permanece carente de uma investigação mais profunda. Observa, tal como Paulani, uma tendência para a emergência de formas de relações sociais cada vez mais autônomas no percurso do capitalismo. Não as examina, porém, no plano das categorias. Fazendo referência à lógica de exposição de *O Capital*, chega desse modo à conclusão que “esse processo progressivo de domínio do valor sobre o valor de uso, no interior da unidade contraditória chamada mercadoria, constitui o que chamamos de desmaterialização (sic!) progressiva da riqueza capitalista” (Carcanholo, 2001, p. 35). É, pois, o evoluir desse processo que permite e consagra – como diz – o domínio¹⁸ do capital financeiro sobre o capital industrial, assim como a afirmação do dinheiro-papel como dinheiro para todos os efeitos práticos aparentes. Convém, porém, erroneamente, que o atual dinheiro mundial, mesmo havendo perdido o seu velho corpo áureo, é capaz de exercer a função de medida de valor por si próprio. Diferentemente, conforme os argumentos aqui avançados nesse sentido, ele é mera mediação no processo sistêmico de formação e medição do valor, o qual não prescinde da mercadoria ouro.

Mas por que, afinal, o processo de acumulação de capital no capitalismo contemporâneo liberta-se do rigorismo imposto pelo dinheiro-ouro e se aferra ao laxismo do dinheiro-papel? Parece fora de dúvida que a emergência do dinheiro mundial na forma do dólar está ligada à consolidação da hegemonia norte-americana na economia mundial como principal potência imperialista. Por exemplo, é evidente que os Estados Unidos obtiveram e ainda obtêm um bocado de senhoriagem do resto do mundo (da China em particular) ao cobrir o déficit da balança de transações correntes com emissão de dinheiro sem valor intrínseco.

Ademais, o dinheiro-papel é uma forma de dinheiro cuja emissão é muito flexível, pois a sua expansão não depende da disponibilidade de uma mercadoria preciosa cujas condições de produção não podem ser estritamente controladas. Pois, é evidente também que essa flexibilidade advém das condições de produção do suporte: o material desse dinheiro – o papel em que ele é impresso – pode ser expandido com muito menos trabalho e com muito mais liberdade do que o ouro. A sua produção não está atrelada à produção de um mineral, cuja descoberta aqui e ali

depende de contingências e cujo esforço de produção medido em gasto de trabalho não pode ser alterado ao sabor da conjuntura.

Como se sabe, o dinheiro-ouro e o dinheiro papel conversível em ouro requerem que as taxas de câmbio vigentes no sistema monetário internacional não possam flutuar ao sabor da conjuntura. A taxa de câmbio fixada, por sua vez, escraviza necessariamente a política monetária. Quando a política monetária passa a ter outras finalidades que não seja a manutenção da taxa de conversão do dinheiro nacional no dinheiro estrangeiro, ela entra em contradição com o chamado padrão ouro. É preciso, então, que surja uma forma monetária capaz de acomodar os novos objetivos da política econômica. A forma dinheiro-papel inconversível não constrange a expansão monetária e, assim, a expansão do crédito quando estas se fazem necessárias para estimular a acumulação de capital – e mesmo para salvar o capitalismo de um colapso.

Mesmo se a conversibilidade não era utilizada normalmente, ela, como instituição reguladora formal, colocava restrições à política econômica dos Estados Unidos. Esta se voltara já, aliás, para outros objetivos que não a manutenção da paridade cambial; na verdade, a necessidade de estimular o crescimento via política monetária e fiscal ao final da década dos anos 60 passara a exigir maior liberdade nas emissões monetárias. O que então precisa ser explicado, portanto, não é tanto o ato que acaba com a conversibilidade, mas a sua introdução nos termos do Acordo de Bretton Woods, assim como a resistência à sua supressão quando esta pareceu necessária. Aqui é preciso ver que o valor-trabalho é uma regulação sistêmica inerente ao modo de produção capitalista em seu funcionamento cego. Mesmo se há recusa em considerá-la como tal, ela aparece, por exemplo, como mão invisível. Ora, essa regulação fica protegida da interferência do Estado se o dinheiro é o dinheiro-ouro ou algo derivado. É por isso que os capitalistas enquanto classe – e a ideologia liberal como sua expressão política – só abandonam a vinculação explícita do dinheiro-papel ao ouro quando esta se torna insustentável. Ora, essa resistência só veio a ser superada quando, no curso do desenvolvimento do capitalismo, a geração de valor se tornou estrutural e conjunturalmente insuficiente para remunerar o capital acumulado (Kurz, 1995) e o próprio valor se tornou desmedido (Prado

e Guedes Pinto, 2012). Note-se, para finalizar, que essa mudança na forma do dinheiro acompanha *grosso modo* a transformação do sistema econômico moderno por excelência em capitalismo de Estado.

Abstract

This note returns to the Brazilian controversy about the inconvertibility of the dollar as world money, occurred in between 1998 and 2002, attended directly by Gentil Corazza, Reinaldo Carcanholo and Claus Germer, and indirectly by Leda Paulani. While the first three discussed through articles published in the *Journal of the SEP*, the last one provided a background for the controversy through his doctoral thesis which reflected about money as a concept. This return does not consider the arguments contained in the controversy from a history of economic thought viewpoint. They will be examined in a critical perspective that seeks to discuss certain questions found there. The ultimate goal is to recover an important debate, proposing a new solution to the riddle of the inconvertibility of the dollar as world money in Marxist theory.

Key words: world money; Marxism; fictitious money; inconvertibility; dialectics of money.

Referências

- Carcanholo, Reinaldo A. – O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. In: *Revista da SEP*, dezembro de 2001, nº 8, p. 26-45.
- _____ – Sobre a natureza do dinheiro em Marx. In: *Revista da SEP*, dezembro de 2002, nº 11, p. 33-37.
- _____ e Sabadini, Maurício de S. – Capital fictício e lucros fictícios. In: *Revista da SEP*, junho de 2009, p. 41-65.
- Corazza, Gentil – Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária. In: *Revista da SEP*, dezembro de 1998, nº 3, p. 45-58.
- _____ – O dinheiro como forma do valor. In: *Revista da SEP*, dezembro de 2002, nº 11, p. 28-32.
- Eichengreen, Barry – *Globalizing capital – A history of the international monetary system*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- Germer, Claus M. – Componentes estruturais da teoria do dinheiro no

- capitalismo. In: *Revista da SEP*, 1997, nº 1.
- _____ – O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx – uma polêmica. In: *Revista da SEP*, dezembro de 2002, nº 11, p. 5-27.
- Kurz, Robert – A ascensão do dinheiro aos céus. Tradução artigo da revista *Krisis*, 1995. Arquivo de internet: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>.
- Ivanova, Maria – The dollar as world money. In: *Science and Society*, 2012.
- Fausto, Ruy – Os agentes da troca. As ilusões complementares: convencionalismo e fetichismo. In: *Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 75-85.
- Foley, Duncan – Marx's theory of Money in historical perspective. In: Moseley, Fred – *Marx's theory of money: modern appraisals*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.
- Marx, Karl – *O capital – Crítica da Economia Política*. Volume I, tomo 1. São Paulo: Editora Abril, 1983A.
- _____ – *O capital – Crítica da Economia Política*. Volume III, tomo 2. São Paulo: Editora Abril, 1983B.
- Moseley, Fred – The ‘monetary expression’ of labor in the case of non-commodity money. In: <http://mtholtoke.edu/fmoseley>.
- _____ – The determination of ‘monetary expression of labor time’ (MELT) in the case of non-commodity money. In: *Review of Radical Political Economics*, 2011, vol. 43 (1), p. 95-105.
- Paulani, Leda M. – Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito. São Paulo: FEA/USP. Tese de doutoramento. Mimeo, 1991.
- _____ – A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. In: *Revista Economia*, 2011, vol. 12 (1), p. 49-70.
- Prado, Eleutério F. S. e Guedes Pinto, José Paulo – Limites do valor e do capitalismo. Texto produzido em 2012. In: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

Notas:

¹ O autor agradece os comentários de José Paulo Guedes Pinto e a apreciação crítica de Leda Maria Paulani, pois ambos ajudaram a melhorar a argumentação posta no texto.

² De fato, a declaração de inconversibilidade de um dinheiro altamente representativo no sistema monetário internacional não era um acontecimento novo na história do capitalismo. Nos anos e nas décadas subsequentes à declaração de 1971, porém, pareceu que se estava na presença não de uma inconversibilidade temporária, mas definitiva. Pareceu, então, que o brilho do ouro abandonara para sempre o dinheiro.

³ Depois de citar um trecho de Marx em que ele se refere ao dinheiro como “modo de ser material da riqueza abstrata”, Germer conclui: “a mercadoria concreta que corresponde a estes conceitos é o ouro, que portanto é o dinheiro. Assim, o dinheiro, na teoria de Marx, é estritamente o material que é ao mesmo tempo a medida do valor e o meio de circulação” (Germer, 1997, p. 4). Ora, Marx não confunde a riqueza abstrata com o seu modo concreto e material de existência. Para ele, a riqueza concreta (ouro) é uma negação reflexiva da riqueza abstrata (valor); dito de outro modo, o valor, que não é ouro, está posto como ouro; pelo contrário, para Germer ouro = dinheiro.

⁴ Segundo a compreensão física do mundo, a materialidade está constituída, como se sabe, por matéria, energia e organização. É nesse sentido amplo que se emprega aqui o termo “fisicalidade” ou, eventualmente, o seu sinônimo “materialidade”. Note-se, pois, que essa materialidade pode ser natural ou artificial. Porém, deve-se notar também que o termo matéria tem também um significado filosófico; nesse sentido, ele é uma categoria da lógica do ser que aparece associada às categorias de forma e de conteúdo. No texto, é preciso prestar a atenção nessa distinção no emprego dessas palavras e suas derivadas.

⁵ Marx não trata o valor de uso explicitamente como forma porque ele o toma imediatamente como social. Aqui se o faz para dar ênfase à distinção entre coisa física e coisa útil.

⁶ E ele fala em “forma natural” para distinguir, nesse momento do texto, o linho enquanto este serve como matéria do dinheiro do linho enquanto matéria natural simplesmente. Quando serve como dinheiro, o linho ganha um posição de destaque e empresta a sua forma natural à forma dinheiro – o que, aliás, dá origem ao fetichismo.

⁷ A inflação renitente mostra, na dimensão quantitativa, que o suporte não é arbitrário e que não se desvincula formalmente o dinheiro do ouro impunemente.

⁸ A expressão “desmaterialização do dinheiro” é terrível, pois funde a matéria e a forma do dinheiro. Ao invés dela, poder-se-ia propor que se falasse em “desaurificação do dinheiro”? Essa expressão ainda seria fetichista: a rigor, o ouro não é dinheiro. Poder-se-ia propor, então, que se falasse em “desmercadorização do dinheiro”? Eis que, de modo correto, ela indica que o dinheiro-papel não se manifesta mais como uma mercadoria que contém valor-trabalho. Porém, parece muito desajeitada e mesmo de mau gosto. Talvez se pudesse falar, então, em “desubstancialização do dinheiro” para indicar que o suporte da forma é uma mercadoria fictícia que não contém trabalho abstrato.

⁹ Quanto maior o peso, mais esticada fica a mola a partir de uma posição inicial. A mensuração funciona adequadamente, com certa precisão, porque há uma relação linear entre a expansão da mola e o peso que provoca a sua expansão, a qual pode ser descoberta empiricamente. De modo implícito, a força capaz de produzir determinado grau de estiramento da mola é igual à força da gravidade que atua na massa cujo peso é medido.

¹⁰ Nessa questão, aliás, Paulani recorre explicitamente aos resultados dos estudos de Fred Moseley (2004; 2011) e Duncan Foley (2005) (Paulani, 2011, p. 62). Na visão aqui mantida, esses estudos, que têm a sua importância no debate, tentam explorar apenas o aspecto quantitativo da relação entre o dinheiro inconversível e o valor. Na verdade, ao invés de uma verdadeira explicação, eles fornecem uma tautologia.

¹¹ “A impossibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega à falta de qualquer regra” (Marx, 1983, p. 92).

¹² Ver sobre isso Eichegreen (1996, p. 128-135).

¹³ As relações de equivalência no mundo social não são tão firmes quantos as relações de equivalência no mundo natural, ainda que, mesmo aí, elas sejam flutuantes ao longo do tempo. No capitalismo, em particular, elas são altamente flutuantes porque as relações sociais aí são anárquicas. Mesmo as trocas corriqueiras de mercadorias nunca são, como se sabe, trocas de equivalentes.

¹⁴ Até 1963, nas velhas notas de dólar, que funcionavam como signo do ouro, estava escrito “payable to the bearer on demand”; depois dessa data, nas novas notas de dólar, as quais deixaram de funcionar como signo do ouro, apenas está gravada a expressão “in god we trust”.

¹⁵ Em seus termos, Carcanholo escreve: “Enquanto os conceitos mencionados de capital especulativo (...) pressupõem um elevado grau de imaterialidade (...), Marx estaria prisioneiro de uma materialidade excessiva quando iguala dinheiro a ouro ou, mesmo, quando o identifica com mercadoria” (Carcanholo, 2001, p. 31).

¹⁶ A frase de Marx citada, a qual se encontra no primeiro capítulo de *O Capital*, é a seguinte: “então, o valor de cada mercadoria, igualado ao linho, se distingue não só do valor de uso dela, mas de qualquer valor de uso, e justamente por isso se exprime de maneira comum a todas as mercadorias” (apud, Carcanholo, 2001, p. 37).

¹⁷ Em reflexão posterior, Carcanholo vai descobrir e apresentar o caráter contraditório do capital fictício: ele será considerado como uma forma de valor sem substância de valor. Nesse sentido, mesmo sendo fictício, ele funciona na aparência do sistema, no dia-a-dia do mercado, como se fosse real (Carcanholo e Sabadini, 2009, p. 45)

¹⁸ O autor dessa nota não concorda com a ideia de que há um domínio do capital financeiro sobre o capital industrial no capitalismo contemporâneo. A exacerbação das formas financeiras de acumulação em certos momentos históricos provém da própria natureza do capitalismo como um todo.